

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO: ELEMENTOS PARA O DEBATE EM AÇÃO

Egeslaine de Nez*
e.denez@yahoo.com.br
Warley Carlos de Souza**
warleycarlos@yahoo.com.br

RESUMO

O planejamento participativo é uma temática relevante que vem sendo abordada ao longo dos anos no campo da Didática. Neste contexto, o artigo em questão tem como objetivo discutir o planejamento participativo com base na escola, tratando-o como instrumental teórico-prático capaz de facilitar a convergência entre o refletir e o agir. A tentativa é compreendê-lo como ferramenta capaz de vitalizar experiências e respaldar a construção democrática do projeto político-pedagógico, sendo essa uma das justificativas desse estudo. No desenvolvimento desta investigação foram aplicados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica; pesquisa de campo com coleta de dados por meio de questionários estruturados, aplicado a professores, coordenadores e diretores da Educação Básica, em municípios do norte do Estado de Mato Grosso. A abordagem analítica abarcou a pesquisa quali/quantitativa, buscando um posicionamento crítico. Considera-se que a relevância científica deste artigo se dá no sentido de evidenciar a importância do planejamento, em face da busca dos pressupostos democráticos básicos no espaço educativo. Nas análises desta investigação foi possível perceber a necessidade do planejamento participativo, com base na democracia das relações e a fundamentação a partir da compreensão das relações sociais. Finalmente, é imprescindível reforçar o conceito de participação nesse processo e da importância do projeto político pedagógico. A escola, os professores e os alunos são integrantes da dinâmica das relações sociais; tudo o que acontece no meio escolar (inclusive o planejamento) está atravessado por influências econômicas, políticas e culturais que caracterizam a sociedade de classes.

Palavras-chave: Didática; planejamento participativo; projeto político pedagógico.

1 INTRODUÇÃO

Objetivar uma escola que pudesse alcançar a todos foi o grande desejo dos ideais iluministas, assim, essa instituição foi universalizada afim de, ensinar como o mundo funciona do ponto de vista do ar, da terra e do mar. Essas passaram a ser chamadas de áreas biológicas, ambientais e humanas. Nessa perspectiva, o ser humano só seria completo se dominasse efetivamente essas diferentes áreas.

Coube a escola a missão de construir esse sujeito por meio dos diferentes ensinamentos científicos. Nas palavras de Machado (2009, p. 17),

* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), *Campus* Universitário do Araguaia (CUA). Líder do Grupo de Pesquisa sobre Universidade (GEU/Unemat/UFMT).

** Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), *Campus* Universitário do Araguaia (CUA). Líder do Laboratório de Estudo e Pesquisas em Educação Física (LEPEF).

Há muitas décadas, a escola organiza-se como se os objetivos da educação derivassem daqueles das diversas disciplinas científicas. Estudamos matérias, conteúdos disciplinares, para chegar ao conhecimento científico que garantiria uma boa educação formal, a formação pessoal decorreria daí, naturalmente.

Observando a totalidade das transformações sociais, se observa que a mesma ciência que salvaria o sujeito do seu estado selvagem, bem como, abriria todas as portas do mundo contemporâneo a ele, também pode em seu reverso matar o sujeito do ponto de vista social e fechar as portas a ele. A esse respeito Machado (2009, p. 17), expõe afirmações pertinentes:

As ciências não são um fim em si mesmo, nem são obstáculo ao desenvolvimento das competências pessoais, mas precisam ser consideradas na perspectiva de meios para instrumentar as ações, na busca da realização de nossos projetos pessoais e coletivos. E é nessa perspectiva que as escolas precisam organizar-se reestruturando seus tempos e espaços.

A educação pensada de forma ampla e irrestrita, assim como a ciência, se torna um processo de humanização pensado por seres humanos para seres humanos, uma forma específica de internalização da cultura por parte das novas gerações. Diante disso, a educação assume condição política fundamental, que nas palavras de Gentili e Mccowan (2010, p. 27): “A educação é vital para romper com a histórica dependência científica, tecnológica e cultural e para construção de uma nação autônoma, soberana e solidária na relação consigo mesma e com outras nações”.

Sendo a educação um ato humano pensado de seres humanos para seres humanos, necessita ser pensada, organizada e sistematizada para que se alcance o objetivo, então não existe sumariamente educação não diretiva. A diretividade se dá inicialmente em seu planejamento, pois, é fundamental deixar claro para quem se ensina, para que se ensina e por que se ensina.

Assim, ganha realce, hoje, nos discursos dos estudiosos da educação, a preocupação em manter o fazer educativo respaldado por uma atitude reflexiva¹ permanente. Mais do que incentivar a pesquisa em educação e/ou propor que aconteça paralelamente aos processos escolares, essa discussão, sugere uma relação diferenciada no fazer educativo, na medida em que se propõe a forjar sujeitos prático-reflexivos (VEIGA, 1995).

Neste ínterim, o objetivo deste texto é discutir o planejamento participativo com base na escola, tratando-o como instrumental teórico-prático capaz de facilitar a convergência entre o refletir e o agir, como ferramenta capaz de vitalizar experiências educativas e respaldar a

¹ Conjunto de coisas existentes e das relações que mantêm entre si. Embora esta definição possa soar própria do sentido comum, o certo é que foi um conceito amplamente debatido no campo da Filosofia há muito tempo (DUARTE JUNIOR, 1994).

construção democrática do projeto político-pedagógico (PPP), refletindo sobre sua importância.

Quando se menciona a palavra planejamento, a associação livre e imediata dos professores é com aquele plano de curso ou disciplina pedido anualmente pela gestão e entregue para ser arquivado, não tendo nenhuma utilidade, um documento natimorto e muitas vezes sem sentido de existência (MASETTO, 1994).

Todavia, não é desse tipo de planejamento que se quer falar aqui, e sim outra proposta que possa ser caracterizado pela organização das ações da instituição buscando alcançar metas e objetivos educacionais definidos. Almeja-se a convergência de ações em direção a melhor utilização dos recursos selecionados e o acompanhamento do processo de ensino aprendizagem por meio de uma avaliação coerente. Essa é uma das justificativas para a produção desse estudo.

Para isso, utilizou-se como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica e de campo (SEVERINO, 2010), com questionário estruturado aplicado a professores e gestores da Educação Básica, em municípios do norte do Estado de Mato Grosso. A abordagem analítica se construiu a partir da pesquisa quanti/qualitativa (GAMBOA, 1995), buscando uma análise crítica, todavia não dicotomizando as duas relações (qualitativa e quantitativa).

Este artigo está dividido em duas partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira, apresenta-se uma abordagem por meio de uma análise sistemática e criteriosa de autores e pesquisas que discorrem sobre o tema, e, na segunda, os dados coletados por meio de questionários são analisados com possibilidade de se pensar a prática, ou seja, como uma forma de se produzir teoria sobre o planejamento.

2 ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR: PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

A revolução francesa traz em seu bojo os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, com tais princípios sendo objetivados pela razão, leia-se ciência, a educação escolar tornou-se fundamental para toda população. Assim, segundo Souza (2008), a massificação da escola tornou-se imprescindível para que os que por ela passassem pudessem realizar escolhas da melhor forma possível. Obviamente, não se faz ciência sem o uso da razão, bem como, tal proposição atribui ao professor título de cientista. Dependente dessa organização, a escola e a

sociedade atribuem diretamente ao professor articulação com as diferentes áreas do saber, bem como, desse com a vida.

Dessa forma, a instituição escola, assume socialmente a função de ensinar por meio do processo de ensino aprendizagem e busca racionalizar o mundo. Para Souza (2014), a educação tornou-se sumariamente um processo planejado de humanização, ou seja, é por meio dela que o homem se torna homem. Nesse contexto, o planejamento assume na educação em todos os níveis e modalidades uma condição de pensar e repensar elementos basilares, tais como: que sociedade eu tenho ou qual sociedade é possível.

Nessa direção, pensar a prática torna-se ação incondicional, esse momento em que se produz teoria, ou seja, a prática é um elemento fundante para produção de teorias, o que por sua vez torna-se uma amalgama de um bom planejamento e avaliação do que foi realizado. Uma vez que no processo educacional, nem tudo que é planejado é executado, mas, tudo que é realizado necessita ser avaliado, para se tornar planejamento.

Pensando numa conceituação para o ato de planejar, pode ser caracterizado no espaço escolar, como uma atividade intencional que visa determinar fins e que projeta um novo (re)começo. Masetto (1994) explicita que o planejamento torna presentes e explícitos os valores, as crenças; a concepção de homem, de educação, do mundo, da sociedade, por isso, é um ato político-ideológico.

Para Dalmás (1994, p. 24):

planejar é transformar a realidade numa direção escolhida; planejar é organizar a própria ação [...]; é implantar um processo de intervenção na realidade; planejar é agir racionalmente; planejar é dar clareza e precisão à própria ação; planejar é explicitar os fundamentos da ação de grupo; planejar é pôr em ação um conjunto de técnicas para racionalizar a ação; planejar é realizar um conjunto de ações, propostas para aproximar uma realidade de um ideal; planejar é realizar o que é importante (essencial).

Entende-se, deste modo, que todo planejamento tem como base um pensar a prática, um diálogo com a realidade escolar. Da mesma forma que a técnica, a teoria não é neutra, porque há um objetivo a alcançar e uma realidade a transformar (NEZ e SILVA, 2014). Assim, o ato de planejar exige uma tomada de decisão com alternativas a serem aplicadas que serão realizadas num processo contínuo. Esta é uma das características mais importante do planejamento, pois, não é algo estanque e compartimentalizado, mas uma ação sucessiva.

Para Gandin (2000) é a atividade intencional pela qual se projetam fins e se estabelecem meios para atingi-los. Por isso, não é neutro, mas com determinantes históricos.

A ideia de organização pertinente a esse processo implica também o replanejamento (face ao aparecimento da reação) de procedimentos coerentes e coesos para o seu desenvolvimento.

O trabalho docente é uma atividade consciente e sistemática em cujo centro está a aprendizagem (tanto para quem ensina como para quem supostamente aprende) e isso influencia diretamente o planejamento que não é nem exclusivamente um ato político-filosófico, nem um ato técnico; será concomitantemente um ato político-social, científico e técnico. Será político-social, na medida em que esteja comprometido com as finalidades sociais e políticas; será científico, pois não se pode planejar sem um conhecimento da realidade e, será técnico, visto que o planejamento exige uma definição de meios eficientes para se obter resultados (DALMAS, 1994).

No processo de planejamento procura-se responder às questões que abarcam o que se pretende alcançar, em que período, como realizá-lo, que recurso tenho a disposição para que isso aconteça, e analisar a situação a fim de conhecer se o que pretendo foi alcançado ou não. Por essa razão, o planejamento é uma atividade de reflexão acerca das opções para a ação educativa. Essa importância de reflexão sobre o planejamento se impõe, pois é imprescindível compreender o rumo que tem o trabalho docente, caso contrário fica-se a mercê dos interesses hegemônicos de uma sociedade capitalista que impõe certas razões e formas.

A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é antes, de tudo uma atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas. Tem como referência permanente às situações didáticas concretas (isto significa dizer, a problemática social, econômica, política e cultural que envolve a escola, os professores, os alunos, os pais e a comunidade). “Assim, o planejamento como instrumento voltado para o processo de aprendizagem serve de roteiro para as ações do professor e dos alunos em aula, e como tal, acompanha a execução diária do que foi combinado” (MASETTO, 1994, p. 80).

Essa característica lhe dá flexibilidade, então é um instrumento útil de trabalho para os professores. O planejamento, segundo Gandin (2000), existe para resolver (e não criar) problemas, e, quando realizado de modo participativo é, de fato, uma tendência dentro do campo de propostas de ferramentas para intervir na realidade.

Muitas vezes, tem se apresentado como desvinculado da realidade social, caracterizando-se como uma ação mecânica e burocrática do professor, pouco contribuindo para elevar a qualidade da ação pedagógica desenvolvida no âmbito escolar. Ao que parece, uma definição dos componentes do plano de ensino de uma maneira fragmentária e

desarticulada do todo social é que tem gerado a concepção de planejamento incapaz de dinamizar e facilitar o trabalho didático.

É necessário e urgente descomplicar o planejamento escolar, para que se possa empreender uma percepção transformadora, ou seja, o processo de planejamento visto sob uma perspectiva crítica da educação, que extrapola a simples tarefa de se elaborar um documento contendo todos os componentes tecnicamente recomendáveis (MASETTO, 1994).

Para Libâneo (1992) um planejamento dirigido para uma ação crítica possibilitará ao professor maior segurança para lidar com a relação educativa que ocorre na sala de aula e na escola como um todo. Nesse sentido, se traduzirá pela ação pedagógica direcionada de forma a se integrar dialeticamente ao concreto do educando, buscando transformá-lo.

Numa perspectiva crítica de educação, a instituição escolar tem o significado de local de acesso ao saber sistematizado historicamente acumulado (NEZ, 2014). O planejamento não poderá ser compreendido de maneira mecânica, desvinculado das relações entre escola e realidade histórica. Ao contrário, o resultado de uma relação dialética desse contexto será a busca da aplicação dos conhecimentos no sentido de transformá-los.

Sob essa perspectiva, pode-se destacar que a tarefa de planejar passa a existir como uma ação pedagógica essencial ao processo de ensino aprendizagem, superando a concepção mecânica e burocrática no contexto do trabalho docente. Para isso, é imprescindível conhecer a realidade para planejar adequadamente e atender às necessidades do aluno. Assim, conhecer o contexto educativo é a primeira etapa do processo de planejamento. É preciso saber quais as aspirações, frustrações, necessidades e possibilidades conforme sinaliza Dalmás (1994).

Isso quer dizer que as atividades educativas devem ser planejadas tendo como ponto de referência a problemática sócio-cultural, econômica e política onde a escola está inserida (SOUZA, 2014). O planejamento do ensino nessa perspectiva estaria voltado eminentemente para a transformação da sociedade de classes, no sentido de torná-la mais justa e igualitária.

Para o desenvolvimento desta proposta é preciso ter como fundamento os princípios do planejamento participativo, que se caracteriza pela integração. Essa forma de ação implica uma convivência de pessoas que discutem, decidem, executam e avaliam atividades coletivamente. A partir desses elementos, o processo educativo passa a desenvolver mais facilmente seu papel transformador, pois, à medida que discutem, os indivíduos refletem, questionam, conscientizam-se de problemas coletivos e decidem-se por se engajar na luta pela melhoria de suas condições de vida.

No contexto escolar, Gandin (2000) sinaliza que o planejamento participativo caracteriza-se pela busca da conexão entre a escola e a realidade social, primando pelo inter-

relacionamento entre teoria e prática (práxis²). A participação de todos os envolvidos no processo educativo seria o ponto de convergência das ações direcionadas para a produção do conhecimento, tendo como referencial a realidade histórica.

Dalmás (1994) destaca que a participação é entendida como uma construção em conjunto. “No processo educativo participativo, todos têm sua palavra a dizer. Face a isto, a participação, no processo decisório de alunos, professores, pais, determina nova orientação da ação pedagógica-administrativa da escola (p. 20). Afirma ainda que pela participação, “emergem propostas, objetivos e estratégias nos diversos níveis de decisão e nas sucessivas fases das atividades” (p. 20).

Este modelo de planejamento obriga a um posicionamento determinante de participação, uma consciência crítica da realidade, pressupondo uma ação coerente e eficaz, a fim de promover as mudanças e as transformações desejadas. É assumir a práxis, que para Freire (1996) é a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.

Nessa perspectiva, o planejamento participativo poderá constituir-se num instrumento pedagógico e político de mudança e vai se dar, inclusive, articulado ao PPC que, segundo Veiga (1995) é uma construção coletiva da escola com propostas de ações estabelecidas por todos os envolvidos e, respeitando os princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e a valorização do magistério. Vianna (1986) destaca que para ser colocado em prática e ser compartilhado deve possuir uma reflexão constante sobre as práticas assumidas, por ser um desafio contínuo em busca da qualidade na educação.

Todavia, a modalidade participativa, não pode reduzir-se a integra escola-família-comunidade, mas implementar a transformação da comunidade, na qual a escola está inserida (DALMÁS, 1994). Esta forma de planejamento, assumido como processo de crescimento pessoal e de transformação social, talvez seja o único caminho viável para se conseguir a renovação profunda das estruturas e das relações na educação.

3 A ESCOLA, OS RESULTADOS

Esta pesquisa propôs-se discutir um tema relevante a toda comunidade acadêmica. Buscou-se, neste sentido, a clareza das posições de professores e gestores, pois, se espraiam e demarcam práticas pedagógicas específicas. Os dados apresentados neste artigo foram

² “Práxis, em grego antigo, significa ação para levar a cabo algo, mas uma ação que tem seu fim em si mesma e que não cria ou produz um objeto alheio ao agente ou a sua atividade” (VÁZQUEZ, 1990, p. 4).

coletados pelos acadêmicos do curso de Licenciatura em Computação, da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), do *Campus* Universitário Vale do Teles Pires (Colider/MT).

Fez parte de uma atividade coletiva realizada nas disciplinas de Didática para a Ciência da Computação (DID), Metodologia de Ensino (ME) e Planejamento e Gestão Escolar (PGE) que estão distribuídas ao longo do curso respectivamente no 3º, 4º e 6º semestre. Depois da fundamentação teórica sobre planejamento participativo discutida nas disciplinas elencadas, os acadêmicos puderam conhecer a realidade por meio da aplicação de um questionário para compreender e analisar as perspectivas da temática em questão no espaço educativo.

O questionário semiestruturado era composto por oito perguntas, aqui nesse artigo, apresentam-se apenas as definidoras para compreender “os olhares” sobre a importância do planejamento participativo na Educação Básica. Os municípios compreendidos pela investigação foram: Colíder, Guarantã do Norte e Nova Santa Helena, todos situados no norte do Estado de Mato Grosso.

Vale salientar que não foram coletados os dados pessoais para uma caracterização, tais como nome, sexo e idade. Foi uma pesquisa informal realizada no espaço educativo durante o estágio supervisionado do curso de Licenciatura em Computação para gerar reflexões teóricas sobre o planejamento participativo. Colaboraram trinta professores, coordenadores e diretores, da Educação Básica (Infantil e Fundamental).

A abordagem inicial do questionário previa uma pergunta aberta sobre o que seria planejamento na opinião dos respondentes. Na tabela que segue podem ser vistos os apontamentos.

Tabela 1 – Conceituação de planejamento

RESPOSTAS	QUANTIDADE
Exposição	13
Organização	8
Proposta de Trabalho/PPP	4
Objetivos	3
Conteúdos/Estratégias	2
Ferramenta	1
Coletivo	1
Resultado	1

TOTAL	33³
--------------	-----------------------

Fonte: Nez (2015).

Segundo os participantes, o planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, isso fica perceptível nas respostas (organização – 08; proposta de trabalho - 04; ferramenta - 01). Conforme um dos excertos da pesquisa: “o planejamento são objetivos e propostas de trabalho”. Pouco ou quase nada se nota da problemática do contexto social sobreposto pela necessidade de uma proposta democrática. A escola, os professores e os alunos devem ser integrantes da dinâmica das relações sociais; tudo o que acontece no meio escolar (inclusive o planejamento) está atravessado por influências econômicas, políticas e culturais que caracterizam a sociedade de classes.

Todavia, os indicativos devem caminhar no sentido da clareza das posturas e ações da instituição com relação ao ato de planejar. Compreende-se, muito mais, o planejamento burocrático e sistemático, retornado a ideia da “entrega de uma documentação” para cumprir um calendário (resposta expressa na categoria exposição - 13), que é um quantitativo significativo com relação ao total da amostra. Lembra-se que os elementos do planejamento escolar – objetivos, conteúdos, métodos – estão recheados de implicações sociais e têm um significado genuinamente político (VEIGA, 1995 e DALMÁS, 1994).

A tabela 2 expõe o nível de importância do ato de planejar no ambiente educativo, verificar informações:

Tabela 2 – Importância do planejamento

RESPOSTAS	QUANTIDADE
Objetivo proposto	11
Organização	8
Norteia os conteúdos	6
Garantir a organização	3
Documento importante	3
Delimitação	3
Critérios de avaliação	2
TOTAL	39

Fonte: Nez (2015).

³ Como o questionário era aberto possibilitava mais de uma resposta, os gestores e professores informaram suas opiniões que foram categorizadas, gerando uma quantidade maior de indicações do que o número total de respondentes. Isso também se aplicará nas respostas seguintes.

Ao se discutir sobre a importância do ato de planejar, fica claro que serve para nortear os rumos que os conteúdos devem seguir bem como garantir a “perfeita” organização das disciplinas (06 indicações); além disso, é a explicitação dos objetivos propostos (11 respondentes). Somando-se as duas respostas, tem-se um total de 17 respostas (44%) da amostra, resultado que demanda uma compreensão da necessidade do planejamento, bem como de sua importância no pleno exercício das atividades docentes diárias.

É válido ressaltar que o ato de planejar deve ser uma constante na vida de qualquer profissional, indiferentemente se for na Educação Básica ou Superior, ainda mais quando se é um professor que lida com a formação dos futuros cidadãos. Quando se fala em planejamento que leva a realidade dos alunos em consideração, este deve envolvê-los no processo educativo de modo ativo.

Segundo Falkembach (1995, p. 133) o eixo basilar desse procedimento está em torno da capacidade do planejamento participativo e seu produto o projeto político pedagógico da escola que deve possibilitar “[...] a vivência da prática reflexiva, democrática e democratizante e, com isso, atuarem no sentido da construção de identidades, da escola e dos sujeitos que ela congrega”.

Para proporcionar uma análise complementar, ressalta-se que existem três metodologias de planejamento, apontadas por Gandin (2000) e Dalmás (1994), e que anunciam linhas diferentes de ação que uma escola pode adotar: planejar *para* a comunidade (o poder é exercido de maneira autocrática, dominadora e ditatorial). Assim, a participação na elaboração é nula e a gestão é uma administração exercida pela equipe pedagógica e não por todos os envolvidos. Trata-se, de uma imposição e não uma construção democrática.

A segunda é planejar *com* a comunidade (o poder está a serviço). A participação da comunidade na preparação e elaboração do plano é controlada, ainda não se tem uma ação com vistas à democracia. Porém, há um pouco de avanço neste modelo de planejamento com um processo de co-gestão (GANDIN, 2000 e DALMÁS, 1994).

E a terceira linha de ação é o planejamento *da* comunidade (o poder é exercido como *um* serviço), a gestão é da comunidade e será intitulada autogestão. Segundo Gandin (2000) e Dalmás (1994), a participação da comunidade na preparação, na elaboração do planejamento, em sua execução e em seu resultado é co-responsabilidade de todos.

Na amostra pesquisada é perceptível que a maioria dos professores tem como importância traçar objetivos e organizar suas atividades para “construir ou repassar” o conhecimento da melhor forma para seus alunos. Esse planejamento do processo de ensino e

aprendizagem que os professores precisam elaborar para orientar sua ação didática pedagógica diária na sala de aula, é imprescindível quando se tem como mote a qualidade⁴ da educação. Porém, para isso é preciso atuar na terceira linha de ação proposta, contemplando o planejamento *da* comunidade.

Com relação aos dados no que tange ao planejamento participativo, observa-se que os respondentes informam que o planejamento anual da escola (A) é participativo. Porém, o planejamento semanal é individual (preferem realizar isoladamente). Uma grande parcela esclareceu que o planejamento é de certo modo participativo quando conseguem envolver os professores em projetos de ensino aprendizagem. Proposta que pode fundamentar no futuro, atividades que sejam inter⁵ ou transdisciplinares⁶ no espaço escolar.

De acordo com as informações obtidas, na escola B o planejamento é feito anualmente, geralmente uma ou duas semanas antes de iniciar o ano letivo. Os professores planejam os conteúdos que irão desenvolver por área ou disciplina. Escolhem o seu material pedagógico e assim que começar o ano letivo realizam uma sondagem com a turma e verificam se é preciso mudar ou fazer adequações para a implementação das atividades para o atendimento dos objetivos propostos.

Após a análise dos dados coletados na aplicação deste questionário, explicita-se que o planejamento nem sempre ocorre de modo participativo, mas fica claro que todos os envolvidos estão cientes da sua função. Também se ressalta que os respondentes (professores e gestores) têm consciência de como deve ser feito e na medida do possível o fazem, para buscar um melhor dimensionamento das atividades didáticas, articuladas a um contexto capitalista.

Como se pode constatar no levantamento teórico, o ato de planejar é extremamente relevante nas escolas na construção de um movimento democrático e cidadão e se concretiza pela ação educativa. Desse modo, o trabalho docente é complexo e importante, mas não pode

⁴ Atualmente, o conceito de qualidade passa a ser utilizado fundamentando-se nos direitos sociais da cidadania que se volta aos interesses da classe trabalhadora. Para Rebelatto e Tedesco (2016), refletir sobre a qualidade implica reconhecê-la como campo dinâmico no tempo e no espaço, reconhecendo a educação como uma prática social e um ato político. Há uma necessidade eminente de reflexões sobre essa temática candente, no sentido de ressaltar as limitações impostas por posições conservadoras e das características das políticas educacionais vigentes no país e que inviabilizam totalmente a qualidade na Educação, atrelando-as apenas às condições financeiras.

⁵ A interdisciplinaridade, para Fazenda (1993), parte do pressuposto de que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma racional. É necessário um diálogo com outras formas de conhecimento, deixando-se interpenetrar por elas.

⁶ Trata-se de um enfoque pluralista do conhecimento que tem como objetivo, através da articulação entre as inúmeras faces de compreensão do mundo, alcançar a unificação do saber. Assim, unem-se as mais variadas disciplinas para que se torne possível um exercício mais amplo da cognição humana, isso quer dizer, não existem fronteiras entre as disciplinas e áreas do conhecimento (SANTOMÉ, 2003).

ser improvisado e principalmente precisa ser consciente. Para Libâneo (1992) cada professor, conhecendo os alunos com os quais trabalhará, tem que identificar o que vai ensinar, para quê e como fará isso ao longo do processo educativo.

O professor, nesse contexto, deve ter em mente a necessidade de se colocar em uma postura norteadora do processo de ensino aprendizagem, levando em consideração que sua prática pedagógica em sala de aula tem papel fundamental no desenvolvimento intelectual de seu aluno.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão provocada por esse estudo sugere que a atividade de planejar é um modo de dimensionar política, científica e tecnicamente a atividade escolar, que deve ser resultado da contribuição de todos aqueles que estão envolvidos na escola. Desse modo, será participativo no sentido pleno do conceito de participação. É preciso que todos decidam, conjuntamente, o que fazer e como fazer. Na medida em que é o conjunto de profissionais da escola que constitui o seu corpo de trabalho, o planejamento das atividades também deve ser um ato seu, todavia, também, coletivo.

O momento atual exige ações diferenciadas, pois decisões individuais e isoladas não são suficientes para construir resultados de uma atividade que se quer coletiva. Tornam-se fundamentais e necessárias posturas individuais e em grupos, concomitantemente. Ao professor cabe uma parcela de responsabilidade na formação crítica do aluno e isso pode ser garantido se o planejamento for participativo. É preciso, pois, superar uma imagem falseada que preconiza a unilateralidade do processo educativo e despreza a dialeticidade dos fatos educativos e sociais existentes na sociedade.

Nessa perspectiva, o planejamento participativo poderá constituir-se num instrumento pedagógico e político de mudança. E essa reflexão se dará sobre o planejar coletivamente que deverá percorrer os pressupostos de uma proposta referenciada; a construção teórico-metodológica do objeto do planejamento; e as considerações sobre os sujeitos, possibilitando descrever alguns instrumentos técnicos que viabilizarão o PPP da escola.

Em síntese, na efetivação da proposta deste tipo de planejamento é importante que se ressaltem suas principais diretrizes: a ação de planejar implica a participação ativa de todos os elementos envolvidos no processo de ensino, além disso, deve-se partir da realidade concreta, voltado para atingir o fim amplo da educação.

Em face do exposto nos dados coletados e no referencial teórico, pode-se concluir que a concepção de planejamento do ensino aqui esboçada justifica-se pelo simples fato de que, como a educação, a ação de planejar não pode ser encarada como uma atividade neutra. De outra parte, a opção do professor por um ensino crítico e transformador somente se concretizará por meio de uma sistemática de planejar seu trabalho de forma problematizadora, que ouse dar oportunidade para o aluno reelaborar os conteúdos do saber sistematizado.

Esse esforço crítico-reflexivo desse estudo não procura esgotar a discussão, mas incrementar análises complementares para polemizar os temas que estão na ordem do dia e que envolvem diretamente a escola. Esse movimento busca construir respostas coerentes e adequadas nessa perspectiva crítica.

PARTICIPATORY PLANNING: ELEMENTS FOR DEBATE IN ACTION

ABSTRACT

Participatory planning is a relevant theme that has been addressed over the years in the field of Didactics. In this context, the article in question aims to discuss participatory planning based on the school, treating it as a theoretical-practical instrument capable of facilitating convergence between reflecting and acting. The attempt is to understand it as a tool capable of vitalizing experiences and supporting the democratic construction of the political-pedagogical project, which is one of the justifications for this study. In the development of this investigation the following methodological procedures were applied: bibliographic research; field research with data collection through structured questionnaires, applied to teachers, coordinators and directors of Basic Education, in municipalities in the north of the State of Mato Grosso. The analytical approach embraced qualitative/quantitative research, seeking a critical positioning. It is considered that the scientific relevance of this article is given to show the importance of planning, in the face of the search for basic democratic assumptions in the educational space. In the analysis of this research it was possible to perceive the necessity of participatory planning, based on the democracy of the relations and the foundation from the understanding of social relations. Finally, it is essential to reinforce the concept of participation in this process and the importance of the pedagogical political project. The school, teachers and students are part of the dynamics of social relations; everything that happens in the school environment (including planning) is crossed by economic, political and cultural influences that characterize class society.

Keywords: Didactics; participatory planning; political pedagogical project.

REFERÊNCIAS

DALMAS, A. **Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **O que é realidade**. Brasiliense: São Paulo, 1994.

FALKEMBACH, E. M. F. Planejamento participativo: uma maneira de pensá-lo e encaminhá-lo com base na escola. In: VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola**. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

FAZENDA, I. **A interdisciplinaridade**: um projeto em parceria. São Paulo: Loyola, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GAMBOA, S. S. Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. SANTOS FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S. (Orgs.). **Pesquisa educacional**: quantidade-qualidade. São Paulo: Cortez, 1995.

GENTILI, P.; MCCOWAN, T. (Orgs.). **Reinventar a escola pública**: política educacional para um novo Brasil; Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992.

MACHADO, N. J. **Educação**: competência e qualidade. São Paulo: Escrituras, 2009.

MASETTO, M. **Didática**: a aula como centro. São Paulo: FTD, 1994.

NEZ, E. **Em busca da consolidação da pesquisa e da pós-graduação numa universidade estadual**: a construção de redes de pesquisa. Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

_____; SILVA, V. N. Metodologia de ensino e pedagogia universitária: em busca da qualidade na/da educação superior. **Camine**: caminhos da educação. v. 6, 2014.

REBELATTO, D. M. B.; TEDESCO, A. L. **Qualidade social da educação**: aproximações ao tema. Disponível em: <http://docplayer.com.br/7108371-Qualidade-social-da-educacao-aproximacoes-ao-tema.html>. Acesso em: 24 maio 2016.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, W. C. Formação de professores: esvaziamento de uma prática ou uma prática esvaziada. **Educação e mudança**. Anápolis, n. 17/18, 2008.

_____. **Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade, medicina e educação**: encontros e desencontros. Dourados, UFGD, 2014.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

VIANNA, I. O. A. **Planejamento participativo na escola.** São Paulo: EPU, 1986.

Recebido em 05 de dezembro de 2017. Aprovado em 28 de março de 2018.